



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 7.735, DE 2014
(DO PODER EXECUTIVO)

EMP 218

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, "j", 10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA


Dê-se ao *caput* do artigo 47 do Substitutivo ao PL 7.735/2014 a seguinte redação:

"Art. 47 A utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura de espécie introduzida no País pela ação humana até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais do Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008


....." (NR)


PSM


RU


SIBA MACHADO
LÍDER PT




CHICO ALENCAR
LÍDER PSOL



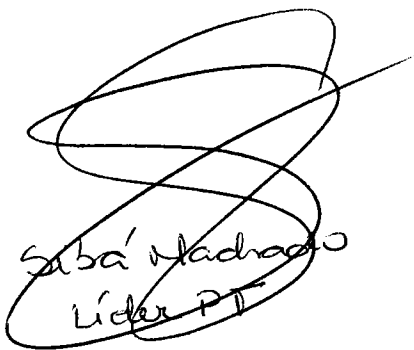
CÂMARA DOS DEPUTADOS


JUSTIFICATIVA

A restrição ao pagamento pela utilização como estabelecida pelo substitutivo levaria o Brasil a romper com acordos internacionais, como o Protocolo de Nagoia, por exemplo.


Entende-se que a isenção deve se aplicar apenas ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado utilizado para alimentação e agricultura, por estarem relacionados com a segurança alimentar da população brasileira.

Sala das Sessões, de de 2015.


Sibaí Machado
Líder PT


Chico Alencar
Líder Psol


Fep
PCdoB


PV